

DIPLOMAS EM DESTAQUE

Decreto-Lei n.º 33/2024, de 15 de maio

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alargando o prazo de reembolso ao beneficiário, para efeitos de elegibilidade da despesa, no âmbito dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 2024/795.

Portaria n.º 156/2024/1, de 28 de maio

Finanças

Aprova o Regulamento do Documento Único de Cobrança.

Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho

Presidência do Conselho de Ministros

Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, procedendo à revogação dos procedimentos de autorização de residência assentes em manifestações de interesse.

Despacho n.º 6240/2024, de 4 de junho

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial

Designa a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., enquanto autoridade nacional competente, para efeitos do disposto no Regulamento (UE) 2024/795 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de fevereiro de 2024.